

Secretarias de Estado

Ministério da Justiça

CONSELHO SUPERIOR DE CENSURA

DECISÃO Nº 250/81

Mantém a interdição do filme "Loucos sonhos dourados", para TV.

O Conselho Superior de Censura, usando da atribuição que lhe confere o artigo 5º, Inciso I, do Decreto nº 83.973, de 13 de setembro de 1979, e em face de deliberação adotada na reunião de 10 de dezembro,

R E S O L V E manter, por maioria de votos, a interdição da DCDP referente ao filme "Loucos sonhos dourados", para televisão.

Brasília, 14 de dezembro de 1981

EUCLIDES PEREIRA DE MENDONÇA
PRESIDENTE

ORLANDO DE MIRANDA CARVALHO
RELATOR

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 18a. REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 14.12.81

Às quinze horas do dia quatorze de dezembro de um mil novecentos e oitenta e um, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Ministério da Justiça, quarto andar, sala quatrocentos e setenta. O Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a presença dos Senhores Conselheiros JASON SOARES ALBERGARIA, BENJAMIM MORAES FILHO, RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, EVERARDO DA CUNHA LUNA, RENÉ ARIEL DOTTI, FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, ANTONIO ZAPPALÁ, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, NABOR CESAR SIQUEIRA E ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA. Aberta a sessão o Senhor Presidente submeteu a Ata da reunião do CNPP ao Plenário que a aprovou por unanimidade. Em assuntos gerais o Senhor Presidente informou ao Egrégio Conselho sobre os expedientes tramitados no CNPP no período compreendido entre vinte e um de novembro a onze de dezembro último. Ao iniciar os trabalhos contidos na ordem do dia o Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário de relatórios oriundos do DEPEN, que demonstram os seguintes conteúdos: a - aperfeiçoamento da Estatística Criminal; b - verificação em estabelecimentos prisionais do Norte, sobre a aplicação das normas gerais do regime penitenciário, e, cumprimento de convênios sobre construção de estabelecimentos prisionais e a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário; c - verificação do Núcleo de Custódia de Brasília, em decorrência de visita da Comissão de Direitos Humanos da O.A.B - Seção Distrito Federal; e d - estatuto do pessoal penitenciário, instruído com respectivo dossiê e com solicitação de elaboração de uma resolução sobre o tema. Para apreciação e providências os relatórios a e b foram distribuídos aos Senhores Conselheiros NEGI CALIXTO e SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Além dos relatórios supramencionados e atendendo proposição do Senhor Conselheiro BENJAMIM MORAES FILHO, o DEPEN encaminhou ao CNPP, cópias da Legislação dos Estados sobre regime penitenciário - Tendo em vista que este assunto está sendo apreciado pelo Senhor Conselheiro EVERARDO DA CUNHA LUNA, referidas cópias, foram a ele encaminhadas. Em seguida o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro EVERARDO DA CUNHA LUNA, para relatar sobre conferência que proferira na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Recife, relativa às revisões que se processam pela Comissão incumbida de

tar o Anteprojeto de Lei de Execução Penal e com a qual colabora. Aquela conferência, Professores, Penitenciaristas e Estudantes do Curso de Bacharelado demonstraram vivo interesse pelo tema e promoveram intensos debates. Na oportunidade o relator esclarecera aos ouvintes sobre os objetivos principais daquele anteprojeto, bem como a aceitação de sugestões em sua revisão. Comunicara o relator que passara aos Professores ROMUALDO MARQUES COSTA e ALDO MARQUES FERNANDES, o Anteprojeto de Lei de Execução Penal tal como foi publicado, mais as revisões já empreendidas pela Comissão, para que pudessem, também, examiná-lo e oferecer sugestões. Finalizando, informara aqueles que acorreram à palestra, que dentro em breve o Exmº Senhor Ministro de Estado da Justiça terá em mãos o Projeto concluído e, aprovando-o, seguirá aos Poderes Competentes para apreciação final. O Senhor Presidente agradecera o interesse demonstrado pelo relator e passou a palavra ao Senhor Conselheiro BENJAMIM MORAES FILHO, que solicitara acesso à matéria já elaborada, a fim de que possa também, atender a convites para proferir conferências sobre o assunto. A Presidência acolhera a solicitação e informou que tão logo o texto esteja concluído o encaminhará a todo o Colegiado. Prosseguindo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, relator de parecer sobre matéria procedente do Departamento do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul, relativa a reconhecimento de cursos de formação de Agentes e de Oficiais de Segurança, ministrados na Escola Penitenciária daquele Departamento. Iniciando o Eminentíssimo Conselheiro informara que de acordo com o que esclareceu a justificativa de apresentação desse programa, trata-se do IV Curso a ser ministrado naquela escola penitenciária, promovendo-o com base em dois programas: 1º) "Recomendações Básicas para uma Programação Penitenciária - do Ministério da Justiça, expedido anteriormente à instalação do CNPP"; 2º - "Programa Nacional de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos Penitenciários, expedido pelo CNPP". - Além disto enfocara principalmente, que os cursos possibilitarão aos interessados "uma sólida formação ética e técnica, compatível com a nobre missão do seu trabalho na execução penal: disciplinar o homem encarcerado, suscitando a emenda e a ressocialização na consciência com sabedoria e bondade". Lembrara o relator que a mesma autoridade penitenciária em outra oportunidade solicitara ao CNPP "reconhecimento de um Curso de Aperfeiçoamento e Especialização em Criminologia e que, inobstante o mérito, e por razões de competência legal, parecia descaber a este Conselho atribuições para a oficialização ou o reconhecimento do citado curso". Entretanto, ao concluir o presente parecer o relator defendeu a condição de que os cursos de aperfeiçoamento de pessoal penitenciário preparados de conformidade com o Programa aprovado pelo CNPP e com o inciso IX, do art. 11 de seu Regimento Interno, deveria merecer a acolhida do CNPP. O Senhor Presidente colocara o Parecer em votação e discussão pelo Colegiado que na oportunidade aprovaram o Parecer do Eminentíssimo relator com observações específicas à condição de reconhecimento de cursos pelo CNPP. À vista da heterogeneidade de ditas observações, o Senhor Presidente solicitara ao relator que elaborasse uma redação final para o item observado. Oferecendo aos Senhores Conselheiros presentes a oportunidade de apresentarem matéria extra-pauta, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, que solicitara fosse consignado nesta, votos de congratulações com o mundo jurídico e com a sociedade pelo transcurso a dez de dezembro último, de mais um aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Dado a essência do assunto, a própria Presidência deferiu a solicitação em apreço. Em seguida o Senhor Presidente suspendeu a sessão por um curto espaço de tempo, a fim de que o Conselho recebesse o Exmº Senhor Ministro de Estado da Justiça para homenageá-lo quando do encerramento das atividades de 1981. Na oportunidade o ilustre homenageado foi saudado pelo Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, momento em que enfocou as reformas que o Senhor Ministro vem empreendendo na legislação do Ministério, bem como a inteligência brilhante e culta com que conduz a Pasta da Justiça nesta fazenda que o País se encaminha para novos rumos. Ressaltou a criação do CNPP e o senso de escolha de seus integrantes, traçando em rápidas palavras, o perfil de todo o Colegiado, demonstrando assim, o valor pessoal e profissional de cada um, na dignificante tarefa de bem servir o País através do conhecimento, equilíbrio e identidade de propósitos. Ao concluir, formulou parabéns ao Exmº Senhor Ministro, pelo acerto deste Conselho, oferecendo-lhe em nome de todos, uma placa cuja inscrição demonstra o apreço e o reconhecimento por tudo que vem realizando.